

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA MESA SETORIAL DA AGÊNCIA DE
FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA – AGEFIS
ANO 2020**

Data	23/09/2020 Horário: 9h30min.
Local	AGEFIS
Participantes	<p><u>Bancada do Governo:</u></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Júlio Fernandes Santos b) Eduardo Sérgio Carlos Castelo c) Laura Jucá Araújo</p> <p>Suplente:</p> <p>d) Patrícia Martins Silveira Furlanetti</p>
	<p><u>Bancada dos Servidores:</u></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Haroldo Jorge de Bittencourt Vieira b) Marta Cristina Jucá Policarpo c) Rachide Alencar</p> <p>Suplentes:</p> <p>d) Ana Lúcia Oliveira Viana e) Rachel Figueiredo Martins</p>
	<p><u>Convidados:</u></p> <p>a) Anaracy Pinto Pinho Rufino</p>

Ata da Reunião
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aberta a reunião, o Superintendente da Agefis, Júlio Fernandes Santos, justificou a falta da reunião prevista para junho/2020 devido à pandemia; agradeceu diálogo e parceria; 2. Marta Jucá, Presidente da Afim, ressaltou que a realização das mesas significa momento democrático; trouxe também solicitação de adiantamento da última parcela da Gefae, informando ter conhecimento se tratar de matéria que extrapola as atribuições dos presentes na reunião, visto ser uma decisão da Gestão Municipal; 3. Júlio Santos explicou que já havia conversado com o Marcelo Pinheiro, secretário chefe de gabinete, no final de dezembro de 2019, e que este havia sinalizado entendimento favorável à solicitação. Iniciada a pandemia, tornou-se inviável qualquer propositura de cunho financeiro;

4. Procurador Jurídico da Agefis e membro da Bancada do Governo, Eduardo Castelo explicou a vedação legal ao adiantamento da última parcela da Gefae visto o período eleitoral (3 meses até a posse);
5. Marta Jucá afirmou entender a vedação legal;
6. Marta apontou mais uma vez sobre a grande insatisfação de não haver a correção na implantação PCCS pela atual gestão, levantando-se ainda a inconsistência especificamente acerca da insalubridade por não se tratar de uma verba fixa. Explicou que, caso o servidor deixe de receber o adicional, haverá perda real;
7. Eduardo Castelo entendeu justo o posicionamento, lembrando que a VPR surgiu para igualar ganho real;
8. Júlio Santos se comprometeu em marcar pauta com a Sepog para tratar do assunto;
9. Marta Jucá pediu atualização da VPR até o final da gestão, asseverando não se tratar de discussão acerca do início do PCCS, nem de uma nova vantagem ou direito que necessite de lei, e sim de correção no sentido de evitar um maior prejuízo;
10. Eduardo Castelo perguntou se o entendimento da Bancada de Servidores é o da atualização apenas em caso de perda do adicional ou mesmo com o recebimento da insalubridade;
11. Ana Lúcia Viana, suplente da Bancada dos Servidores, afirmou entendimento favorável à atualização mesmo que haja recebimento do adicional, por entender tratar-se de uma correção;
12. Continuando sua fala, Eduardo Castelo explicou não ser possível, visto vedação legal em decorrência do período eleitoral, visto que a atualização acarretaria incremento de verba; pontuou, ainda, o objetivo da lei eleitoral, que é o de evitar disparidade do pleito;
13. Júlio Santos afirmou que levará o pleito à PGM e Sepog;
14. Indagado se mesmo em caso de erro na implantação, tratando-se de mera correção, persiste a vedação legal, Eduardo Castelo reafirmou entendimento de que o pleito não deve prosperar pelas razões já levantadas (legislação eleitoral);
15. Ana Lúcia Viana pontuou que a categoria está ressentida por não ter havido a antecipação da última parcela da Gefae antes do período eleitoral, como houve com a Sefin;
16. Júlio Santos diferenciou o caso da Sefin da antecipação solicitada pela Bancada de Servidores. Afirmou que no caso da Sefin (Gefat) houve reparação extraordinária em decorrência da situação extraordinária enfrentada no corrente ano;
17. Marta Jucá ressaltou não ter qualquer objeção à Gefat, tratando-se de mera exemplificação para evidenciar que não há dificuldade em levar um projeto de lei à Câmara quando há o interesse;
18. A Presidente da Afim apresentou ofício com reivindicações;
19. Júlio Santos explicou que as TTR's (Gratificação por Trabalho Técnico Relevante) pagas decorreram de atividades prestadas desde o ano de 2019 e que houve um acúmulo. Ressaltou que se trata de direito adquirido, que as TTRs pagas agora no mês de setembro foram aos comissionados, e que os fiscais de campo que trabalharam nessas

operações irão receber o pagamento na folha de setembro que é paga em outubro.

20. Marta Jucá informou que não questiona TTR, pois essa gratificação deveria ter sido questionada desde sua origem pela natureza totalmente discricionária da gestão;
21. Em resposta ao questionamento acerca da não aprovação do MAPP em sua integralidade (previsão de 1 milhão e 700 mil reais e aprovação de cerca de R\$ 600.000,00) quando houve o pagamento de TTR's, o Superintendente explicou que os valores pagos são oriundos do Tesouro Municipal, mediante aprovação do Cogerfor (Comitê Municipal de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal), ao passo que o MAPP é composto por verba própria; pontuou, ainda, que Agefis e SMS (Secretaria Municipal de Saúde) sofreram os menores cortes, em razão da pandemia e em virtude dos serviços desempenhados, quando comparadas com as demais secretarias;
22. Marta Jucá afirmou não haver um olhar cuidadoso para as Gerefis;
23. Júlio Santos pontuou que havia planejamento para o início da regionalização ocorrer em março do corrente ano. Informou que no projeto havia toda estrutura, inclusive com investimento da Agefis, entretanto, em decorrência da pandemia, não houve continuidade em sua implementação;
24. Marta perguntou a previsão financeira do MAPP aprovado;
25. Laura Jucá, Assessora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e membro da Bancada de Governo, afirmou ser por volta de R\$ 600.000,00. Maior detalhamento será informado em ofício resposta ao trazido pela Bancada de Servidores. Devendo ser detalhadas em resposta ao ofício;
26. Marta Jucá afirmou que no tocante à modernização de todos os sistemas da prefeitura, a fiscalização não está conseguindo acompanhar esse avanço, pois não houve investimento em infraestrutura, especialmente para a fiscalização de campo;
27. Marta Jucá afirmou ser urgente a modernização dos sistemas no sentido de acompanhar a virtualização já em andamento no âmbito municipal; exemplificou com os casos de vistorias para liberação de Licença Sanitária, visto que nos processos protocolados pelas empresas solicitantes constam inúmeros e extensos documentos, essenciais à fiscalização e cuja consulta é inevitável, não tendo qualquer sentido sua impressão na era da virtualização;
28. Júlio Santos solicitou que Laura Jucá verificasse se no investimento há prioridade na aquisição de tablets, informando, ainda, que conversará com Neuvani Vasconcelos, Diretor de Operações, no sentido de priorizar as equipes que necessitam consultar as extensas documentações, a exemplo de Licença Sanitária Alto Risco e obras;
29. Júlio Santos declarou que existe um projeto piloto para a compra de 50 (cinquenta) tablets que serão usados pelos fiscais de campo;
30. Marta Jucá reforçou a necessidade de que a maioria desses tablets seja distribuída nas Gerefis, pois é onde ocorre a maior parte das ações fiscais e de onde advém a maioria dos problemas por falta de investimento;
31. Marta Jucá indagou acerca de software para virtualização dos Autos de Infração;
32. Júlio Santos afirmou que o Fiscalize está sendo preparado para o futuro, inclusive integrando com sistemas da prefeitura;
33. Marta Jucá levantou a questão de servidores nomeados que não estão

desempenhando suas atividades nas Gerefis;

34. Laura Jucá informou que os recém nomeados Ludmila e Renato estão exercendo suas funções na sede da Agência;
35. Continuou sua fala destacando que a gerente responsável pela Gerefi IV estava passando por problemas de saúde (já retornou) e havia ineficiência da assistente responsável pela Vigilância Sanitária, que foi substituída pela fiscal Ynaiara. A situação pode ter gerado acúmulo de atividades na gerência, situação que, aos poucos, será normalizada;
36. Marta Jucá trouxe, ainda, os casos dos servidores Albert Nogueira (Gerefi VI) e Antonio Benedito (Gerefi I), visto que não são vistos exercendo suas atividades;
37. Júlio Santos informou que o servidor Albert Nogueira vem sofrendo reiterados descontos em seu pagamento, proporcional ao número de faltas. Maiores esclarecimentos serão fornecidos no ofício resposta;
38. Com relação ao servidor Antonio Benedito, se vem trabalhando em sua mudança;
39. Marta Jucá informou que gostaria que a próxima reunião agendada para o dia 15 de dezembro de 2020 fosse com Dr. Philipe Notingham (Secretário da Sepog);
40. Júlio Santos informou, por fim, que no ofício resposta informará o prazo para recebimento dos tablets a serem adquiridos.